Recebido em: 10/09/2016 Parecer emitido em: 31/10/2016 Artigo original

FERREIRA, J.C.; PEREIRA, D.A de A.; As atitudes dos professores de educação física perante o processo de inclusão dos alunos com deficiência física, visual, auditiva e intelectual na escola regular. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.15, n.4, p.31-40, 2016. ISSN; 1981-4313.

AS ATITUDES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PERANTE O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISUAL, AUDITIVA E INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR

Juliano Conceição Ferreira[1]
Deyliane Aparecida de Almeida Pereira[2]

[1]Universidade Federal de Juiz de Fora
[2]Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

O estudo teve como objetivo investigar as atitudes dos professores de Educação Física e os fatores que influenciam nelas diante da inclusão dos alunos com deficiência física, visual, auditiva e intelectual na rede regular de ensino. Trata-se de um estudo quantitativo exploratório, em que o instrumento de coleta foi o *PEATID III*. Contou-se com a participação de 11 professores de Educação Física do ensino fundamental da rede regular de ensino, com idades entre 27 e 54 anos pertencentes a uma amostra distribuída pelas escolas municipais de Bertioga/SP. Pode-se verificar que a experiência no ensino de pessoas com a deficiência na aula de Educação Física aponta que mais da metade dos inquiridos já relatou positivamente algum tipo de experiência ao longo da sua prática como docente, bem como no quesito de competência para o ensino de pessoas com deficiência, 90,9% declararam que se sentem com alguma competência. A disciplina de Atividade Física Adaptada no currículo apresentou significância estatística, influenciando na atitude e no atendimento de pessoas com deficiência visual, mostrou (p=0,048) e intelectual (p=0,024), cujas diferenças são evidentes entre os docentes. Identificou-se que as atitudes dos professores são favoráveis ao processo inclusivo, assim como o contato com pessoas com deficiência pode influenciar positivamente em suas atitudes.

Palavras-chave: Educação Física. Deficiência. Atitudes. Inclusão.

THE ATTITUDES OF TEACHERS OF PHYSICAL EDUCATION BEFORE THE PROCESS OF INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES PHYSICAL, VISUAL, HEARING AND INTELLECTUAL ON REGULAR SCHOOL

ABSTRACT

The study aimed to investigate the attitudes of physical education teachers and the factors that influence them on the inclusion of students with disabilities physical, visual, hearing and intellectual in regular education network. It is a quantitative study exploratory, in that the instrument of collection was the PEATID III. We counted on the participation of 11 physical education teachers of elementary school teaching regular network, aged between 27 and 54 years belonging to a sample distributed by municipal schools of Bertioga/SP. Can be checked that the experience in teaching people with disabilities in Physical education class points out that more than half of respondents have reported some kind of positive experience throughout his practice as a teacher, as well as in terms of competence for teaching people with disabilities, 90.9% declared that they feel with any competence. The adapted physical Activity course in the curriculum showed statistical significance, influencing the attitude and the care of people with visual impairment, showed (p = 0.048) and intellectual (p = 0.024), whose differences are evident between the teachers. It was identified that the attitudes of teachers are environment-inclusive process, as well as the contact with people with disabilities can positively influence in their attitudes.

Keywords: Physical Education. Disability. Attitudes. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A Educação Física, enquanto componente curricular da Educação Básica tem passado ao longo dos anos por profundas modificações perante o debate da inclusão, tanto na aplicação prática dos seus conteúdos, quanto nas atitudes dos professores face à inclusão.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais expõem que a Educação Física deve possibilitar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos de forma democrática e não excludente, contribuindo para aprimoramento das relações sociais (BRASIL, 1997). Assim, o ambiente escolar deve ser um espaço no qual todos os alunos tenham um convívio social saudável, sobretudo o respeito à diversidade humana, visando à promoção da cidadania. Nesse sentido, o art.27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) estabelece que a pessoa com deficiência tem o direito à educação em todas as etapas do ensino, conforme suas capacidades e necessidades afim de atingir o êxito e sucesso no seu processo de aprendizagem diante do contexto escolar.

Carniel e Strapasson (2007) elucidam que a Educação Física Adaptada contribui para o desenvolvimento global das pessoas, pois leva em consideração as diferenças e limitações dos alunos, propiciando às pessoas com deficiência melhor qualidade de vida. Muitos fatores influenciam no sucesso da aprendizagem dos alunos com deficiência incluídos na escola regular, desse modo as atitudes dos professores e o poder público exercem um papel importante durante do desenvolvimento do processo inclusivo.

Dessa forma, Castro (2005) destaca que as atitudes de professores favoráveis ao processo inclusivo são de suma importância no sucesso de qualquer intervenção educacional. Ademais, a autora enfatiza que as atividades físicas adaptadas, oferecem um leque de oportunidades para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, uma vez que essa área do conhecimento permite que esses alunos vivenciem e explorem os movimentos corporais, contribuindo positivamente para ampliação de suas capacidades.

No âmbito da Educação Física, sabe-se que as participações nas aulas podem trazer grandes benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (BRASIL, 1997). Corroborando com isto, Carniel e Strapasson, (2007) afirmam que a Educação Física exerce uma função de grande de relevância no desenvolvimento global dos alunos, sobretudo aqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento motor, quanto nas áreas intelectuais, sociais e afetivas.

A Educação Física possibilita a vivência de diversas formas de práticas corporais provenientes de diferentes manifestações culturais, bem como contribui para a adoção de uma postura não preconceituosa e discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sócias. (BRASIL, 1997). Assim, a Educação Física Escolar se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo (CIDADE; FREITAS, 2002). Corroborando com Castro (2005, p. 37), todos os alunos têm seu direito assegurado para qualidade de vida pela prática da atividade física que pode aumentar sua autoestima e contribui para saúde mental.

Diante do exposto, este estudo tem como pretensão investigar as atitudes dos professores de Educação Física e os fatores que influenciam nelas diante da inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Existem diversos documentos e estudos referentes à inclusão em diferentes momentos históricos e seus impactos sociais, tanto do ponto de vista positivo, quanto das dificuldades apresentadas na tentativa de garantir para a pessoa com deficiência o direito à educação e atuação na sociedade.

Para D'Antino e Mazzzota (2011) a partir da década de 1980 a inclusão social começou a impulsionar grandes movimentos sociais e políticos, esses autores apontam que no âmbito da educação, a inclusão escolar foi tema de importantes conferências internacionais, tais como a conferência mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO.

Na visão de Mendes (2006) com a intenção de garantir o acesso à educação, pode-se destacar a Declaração de Cuenca, Declaração de Sunderberger e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

No Brasil foi com promulgação Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que o movimento inclusivo começou a ser impulsionado para o campo educacional, assegurando a todas as pessoas o direito a educação, elencando como alguns de seus princípios a igualdade de condições e permanecia na escola.

Conforme Mousinho *et al.*, (2010) as leis a respeito da inclusão foram construídas em diferentes momentos históricos com a finalidade de garantir o sucesso da inclusão. Deste modo, a Constituição Federal garante a oferta do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo Michels (2006) durante a década de 1990 o Brasil adere ao discurso internacional a respeito da inclusão escolar, elencando como importantes questões as políticas de inclusão, a flexibilização curricular e a preparação da escola regular, elegendo o professor como um protagonista importante frente ao processo inclusivo. Ainda essa autora afirma que a defasagem no ensino inclusivo nacional é resultado da falta de capacitação dos professores brasileiros, apontada pelos órgãos oficiais, como causadora do fracasso escolar inclusivo.

Nesse sentido Mendes (2006) afirma que no Brasil as dificuldades encontradas pela educação especial não se limitam somente a falta de acessibilidade, pois a pouca demanda de alunos com deficiência inseridos nas escolas não recebem uma educação de qualidade, ora pela ausência de recursos ora pela falta de capacitação dos profissionais.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) potencializou a filosofia inclusiva, pois de acordo com Mousinho *et al.*, (2010), as escolas de todo o mundo tiveram que dar conta de incluir crianças que precisavam de ajuda em classes já existentes, dessa forma o ensino inclusivo torna-se uma prática mais frequente no ambiente escolar. Entretanto essas classes ficariam muito numerosas e não houve a devida preocupação com as formações e capacitações dos profissionais para acompanhar essas mudanças.

Para Leonardo (2008) a Declaração de Salamanca, trouxe para a educação inclusiva um grande destaque, tendo em vista seus princípios e políticas inclusivas em prol das pessoas com deficiências. Já Matiskei (2004) aponta que a convenção que deu origem ao documento de Salamanca permitiria um importante debate sobre as carências dos governos de modo a ampliar as discussões no âmbito educacional, reconhecendo as diversidades existentes entre os alunos e as formas de trabalho no contexto escolar, resultando em um compromisso a favor da causa inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996) prevê no seu art. 58 a modalidade de educação especial escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência. Com isso a educação inclusiva que era pouco notável nas escolas, agora passa a ter uma conotação ampla no cenário educacional brasileiro.

A EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AOS PROCESSOS INCLUSIVO

A Educação Física em sua trajetória sempre esteve atrelada a sua concepção prática de ensino a partir da seleção dos mais aptos e habilidosos, recaindo a um modelo puramente excludente. Heranças históricas de uma influência da área médica, militar, posteriormente frutos de uma ideologia política esportivista que se iniciou no final da década de 1960 (DARIDO; SOUZA JUNIOR, 2007).

Nesse sentido, durante muito tempo as pessoas com deficiências ficariam longe das aulas de Educação Física pelo fato de não apresentarem as mínimas condições e aptidões necessárias que o padrão predominante esportivista da época tinha como exigência para a participação nas atividades. Apenas na década de 1980 esse quadro viria se modificar em virtude não só do ponto de vista em oposição ao modelo de Educação Física que vinha sendo adotado, mas também sobre as mudanças provenientes dos debates internacionais sobre a inclusão social, provocando grandes transformações no aparato legal de normas da educação nacional (DARIDO; SOUZA JUNIOR, 2007).

Para Darido e Souza Junior (2007), foi nessa época que surgiram outras maneiras de se pensar na Educação Física como proposta pedagógica mais abrangente para ambiente escolar em detrimento da visão meramente desportiva.

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) traz no seu art.5 o direito à igualdade, destacando que todos são iguais perante a lei, portanto as pessoas com deficiências têm o pleno direito e as condições necessárias para exercerem sua cidadania e participarem da vida escolar, já que são parte integrante de uma sociedade e gozam dos mesmos como cidadãos.

O texto Constitucional elenca ainda no seu art. 205 a Educação como sendo um direito de todos, assim as pessoas com deficiências que antes eram excluídas das atividades escolares por serem consideradas

como incapazes passam a ter o seu direito assegurado pela Constituição Federal, tendo mais oportunidades para desenvolverem suas capacidades e habilidades no ambiente educacional.

No campo da Educação, Cidade e Freitas (2002) apontam que a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1987) e entre outras atribuições, previa a atuação dos professores de Educação Física com as pessoas com deficiência.

Já a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) traz no art. 28 em seu inciso XV o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer no sistema escolar. Portanto, a Educação Física deve ser incentivada e ofertada para os alunos com deficiência, visto que seus conteúdos contemplam as normas legais elencadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) além de serem de suma importância para o pleno desenvolvimento delas.

Em contrapartida, apesar dos avanços nas leis em prol da inclusão escolar no âmbito da Educação Física, ainda existem grandes barreiras que dificultam o processo inclusivo, tendo em vista a própria construção histórica desta disciplina que ao longo do tempo sofreu grande influência de um modelo competitivo e excludente.

Nesse sentido, Aguiar e Duarte (2005) explicam que as atividades desportivas de caráter competitivas presente na área da Educação Física afastam aqueles que apresentam algum tipo de dificuldade como os alunos com deficiência. Ainda esses autores ressaltam que a cultura da competição, quando não observados os princípios inclusivos e da diversidade, constitui uma fonte de exclusão, prejudicando o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) para Educação Física afirma que grande parte das crianças com deficiências tem receio das aulas e não aproveitam dos benefícios que esta disciplina pode gerar, uma vez que ela desenvolve as capacidades afetivas, de integração e inserção social dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) elenca no seu parágrafo 3º do art.26 a Educação Física como sendo componente curricular obrigatório da Educação Básica. Assim sendo, esta disciplina deve fazer parte do processo inclusivo, oportunizando aos alunos com deficiência o acesso a uma prática corporal saudável no ambiente escolar.

ATITUDES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE À INCLUSÃO

Na visão de Sassaki (2009) a inclusão é o processo pelo qual uma sociedade se organiza e adequa suas normas diante da diversidade humana, tendo em vista a atuação da própria sociedade na elaboração e construção desse processo, já a acessibilidade é caracterizada por uma condição que quando projetada na perspectiva do desenho universal (adaptações ambientais, de meios de transportes e utensílios) beneficiam todas as pessoas que nela vivem. O mesmo autor elenca seis dimensões de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal) que visam promover a inclusão das pessoas em diferentes ambientes sociais.

No contexto da educação a dimensão atitudinal se concretiza na medida em que a escola consegue lidar com as diferenças, eliminando os comportamentos discriminatórios, contribuindo para a construção de um ambiente alegre e propicio para a aprendizagem, a fim de desenvolver a convivência harmoniosa entre os alunos (SASSAKI, 2009). O autor também ressalta a importância da capacitação dos profissionais envolvidos nesse processo, assim como uma adoção, por parte deles, de atitudes favoráveis frente à inclusão.

Muitos fatores podem influenciar no sucesso da aprendizagem dos alunos com deficiência incluídos nas aulas de Educação Física. Dessa maneira as atitudes dos professores que atuam face ao processo inclusivo são de suma importância para uma educação significativa.

No campo da Educação Física, Darido e Souza Junior (2007) enfatizam que desenvolver o ensino inclusivo pode trazer grandes benefícios, tanto para a evolução e superação da própria disciplina que num passado recente pautou-se na seleção de alunos como aptos e inaptos, contribuindo para a exclusão, quanto na apropriação dos professores por atitudes positivas frente ao processo de inclusão, incentivando, estimulando e acolhendo o aluno com deficiência. Esses autores ainda ressaltam que se o docente não acreditar na capacidade de aprendizagem do estudante, acaba por convencê-lo disso.

Nesse sentido, Sassaki (2009) salienta que para se alcançar uma sociedade inclusiva é preciso antes de tudo educar aqueles que são os formadores de opiniões, sobretudo, os professores, pois se estes estiverem ancorados em atitudes preconceituosas em relação às pessoas com deficiência, deixaram de oportunizar situações de aprendizagem, imprescindíveis para o desenvolvimento desses alunos.

Para Carvalho (2011) investir na formação e capacitação de professores seria um elemento fulcral pela busca de competências e atitudes favoráveis ao processo inclusivo, a fim de prepará-los para atuarem diante da diversidade existente no ambiente escolar, para que assim possam contribuir para ampliação de ações inclusivas.

Já Castro (2005) destaca que a prática da inclusão escolar deva ser construída na perspectiva de mudanças atitudinais de todos os profissionais envolvidos na área da educação, sobretudo, a dos professores de Educação Física, já que esses são tidos como mediadores importantes no processo de ensino-aprendizagem das práticas corporais, assim como na influência que exercem na vida dos seus alunos, pois enquanto ensinam, esses docentes transmitem valores, normas e comportamentos, contribuindo de maneira significativa para o convívio social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi aplicada na cidade de Bertioga, situado no estado de São Paulo, na Região Metropolitana da Baixada Santista, microrregião de Santos. O Município possui 14 escolas de Ensino Fundamental e 11 professores de Educação Física, totalizando 5.691 de alunos, dos quais 150 estudantes têm algum tipo de deficiência.

A amostra foi composta por professores de Educação Física da rede municipal de ensino, que atuem no Ensino Fundamental I no ano letivo de 2015/2016. Foram incluídas as pessoas que concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que respondam o questionário na íntegra, de ambos os sexos, que tenham se graduado em Educação Física.

Como instrumento de coleta de dados neste estudo foi utilizado o PEATID III – *Physical Educators' Attitude Toward Teaching Individuals with disabilities III* (FOLSONMEEK e RIZZO, 1993), que tem sua base teórica interligada na psicologia social, apud Poças (2009) e foi traduzido e adaptado por Campos *et al.*, 2008.

O instrumento é constituído por um total de doze declarações, em que os participantes têm de exprimir os seus níveis de acordo ou desacordo em relação a quatro condições de deficiência: física, visual, auditiva e intelectual. As declarações estão listadas em conjugação com uma pontuação na escala Likert variando de um a cinco (1-discordo completamente; 2-discordo; 3-não discordo nem concordo; 4-concordo; 5-concordo completamente). As pontuações de todas as declarações podem ser somadas para produzir um resultado global com um alcance de 12-60, com maiores resultados indicando uma maior percepção face ao ensino de indivíduos com deficiência. Cabe destacar que cinco destas declarações expressam um parecer positivo face ao ensino de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física regulares, e as restantes sete declarações emitem um parecer negativo (da 5ª à 11ª declaração). Estas sete declarações foram recodificadas visto serem negativas.

A análise dos resultados foi por meio da estatística descritiva, no qual foram analisados, a média e mediana como medida de tendência central, desvio padrão como medida de dispersão e tabelas de frequência e respectivos valores percentuais. Objetivando compreender as atitudes dos professores face a diferentes tipos de deficiência foi realizada a estatística inferencial, tendo como variável dependente (atitudes face a cada uma das deficiências) e possíveis variáveis influenciadoras (Sexo, Disciplina de Atividade Física Adaptada, Experiência no Ensino de Alunos com Deficiência, Existência de Familiares ou Pessoas Conhecidas com Deficiência, o Período em que estudou na Faculdade e a Competência Percebida dos Futuros professores).

Realizou-se o teste Shapiro-Wilk para testar a normalidade dos dados, utilizamos as análises comparativas através do Teste Mann-Whitney ou Kruskal Wallis para verificar se existem ou não diferenças estatisticamente significativas entre grupos para as variáveis em questão. Para comprovar as nossas hipóteses, utilizamos um nível de significância de $p \leq 0,05$ visto ser o valor convencionado para pesquisa na área das ciências humanas.

RESULTADOS

Em relação à faixa etária da amostra (n=11) a idade média é de 38 anos (DP = 9,011; min = 27; max = 54 anos). A tabela 1 é exposta as classificações dos professores quanto idade, presença no currículo de disciplina com o conteúdo de Educação Física Adaptada, experiência no ensino de pessoas com deficiência, acompanhamento de alunos com deficiência, presença de familiar com deficiência e competência para ensino de alunos com deficiência.

Tabela 1 - Classificação dos professores quanto idade, presença no currículo de disciplina com o conteúdo de Educação Física Adaptada, experiência no ensino de pessoas com deficiência, acompanhamento de alunos com deficiência, presença de familiar com deficiência, e competência para ensino de alunos com deficiência.

	Sexo	**Masculino (n=8)**	**Feminino (n=3)**	**Total**
		%	**%**	**%**
Disciplina	Sim	45,5	27,3	72,8
	Não	27,3	-	27,3
Curso Adaptada	Sim	18,2	9,1	27,3
	Não	54,5	18,2	72,7
Experiência	Sim	54,5	27,3	81,8
	Não	18,2	-	18,2
Local	Escola	27,3	27,3	54,6
	Outros	27,3	-	27,3
	Não respondeu	18,2	-	18,2
Acompanhou	Sim	63,6	27,3	90,9
	Não	9,1	-	9,1
Familiar ou conhecido	Não	72,7	27,3	100
Competência	Nada competente	9,1	-	9,1
	Com alguma competência	63,6	27,3	90,9

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que a porcentagem dos indivíduos que tiveram a disciplina adaptada durante a sua formação acadêmica foram 72,8%, sendo que 45,5% são do sexo masculino, e 27,3% do sexo feminino. No item referente ao curso de adaptada, a maioria (72,7%) da amostra responderam que nunca participaram de capacitações com esta temática, sendo que 54,5% são homens e 18,2% mulheres.

No que concerne à experiência no ensino de pessoas com deficiência, 81,8% da amostra afirmaram positivamente (54,5% homens e 27,3% mulheres), sendo que o tempo mínimo foram de 2 meses e o tempo máximo 72 meses de experiência, sendo a média de 38,09 meses (DP = 29,242) e o local em que atuaram com este público foi no ambiente escolar (54,6%). Quanto ao acompanhamento de alunos com deficiência a maioria dos professores (90,9%) afirmaram que sim, sendo que 63,6% homens e 27,3% mulheres.

No quesito de competência para o ensino de pessoas com deficiência, 90,9% declararam que se sentem com alguma competência (63,6% homens e 27,3% mulheres), cabe destacar que nenhum professor afirmou que se sente muito competente.

A tabela 2, referente à variável Atitudes dos professores face às diferentes condições de deficiência, expõe a média e desvio padrão das respectivas atitudes para cada condição de deficiência.

Tabela 2 - Atitudes dos professores face às diferentes condições de deficiência.

Atitudes	**Mín**	**Máx.**	**Mediana**	**Média**	**Desvio padrão**
DF	31,0	49,0	38,0	38,2	5,1
DV	30,0	49,0	38,0	37,6	5,3
DA	25,0	49,0	39,0	38,1	6,2
DI	31,0	49,0	39,0	38,8	5,0
	29,5	49,0	39,0	38,2	5,3

DF=Deficiência Física; DV= Deficiência Visual; DA=Deficiência Auditiva; DI=Deficiência Intelectual. Fonte: Elaborada pelos autores.

Tendo em conta que a média pode variar entre os valores 12 e 60, sendo 12 uma percepção muito negativa e 60 uma percepção muito positiva, verifica-se que as atitudes dos professores face ao ensino de alunos com deficiência física são positivas (M=38,2). Pode-se constatar que as atitudes dos professores face ao ensino de alunos com deficiência visual também são positivas (M=37,6), assim como as atitudes dos professores face ao ensino de alunos com deficiência auditiva e intelectual, respectivamente M=38,1 e M=38,8. Logo, através dos dados expostos as atitudes dos professores são positivas face ao ensino de alunos com as diferentes condições de deficiência abordadas neste estudo.

A tabela 3 apresenta os dados da estatística inferencial para avaliar se houve diferença significativa entre os Sexos, Disciplina de Atividade Física Adaptada, Curso com a temática Adaptada, Experiência no Ensino de Alunos com Deficiência, e a Competência Percebida dos professores; quanto às atitudes face às diferentes condições de deficiência.

Verifica-se que a presença da disciplina de Atividade Física Adaptada no currículo influencia na atitude no atendimento de pessoas com deficiência visual (p=0,048) e intelectual (p=0,024). Nas demais variáveis os resultados demostram que não há diferença estatística, mas conforme a tabela 2, referente à variável Atitudes dos professores face às diferentes condições de deficiência, verifica-se atitudes positivas em relação aos tipos de deficiência.

Tabela 3 - Variáveis Atitudes face às diferentes condições de deficiência em função da variável Sexo, Disciplina de Atividade Física Adaptada, Curso com a temática Adaptada, Experiência no Ensino de Alunos com Deficiência, e a Competência Percebida dos professores.

Atitude face à	**Mediana**		**Sig**
	Sexo		
	Masculino	Feminino	
DF	37,0	39,0	,497
DV	36,5	39,0	,497
DA	39,0	39,0	,921
DI	39,5	39,0	,921
	Disciplina de Atividade Física Adaptada		
	Sim	Não	
DF	38,5	31,0	,194
DV	39,0	31,0	**,048***
DA	40,0	31,0	,133
DI	40,5	32,0	**,024***
	Curso Adaptada		
	Sim	Não	
DF	39,0	37,0	,279
DV	39,0	36,5	,085
DA	41,0	38,0	,133
DI	41,0	38,0	,194
	Experiência		
	Sim	Não	
DF	38,0	35,5	,582
DV	39,0	34,5	,327
DA	39,0	35,5	,582
DI	40,0	34,5	,145

continua

	Competência percebida		
	Nada competente	Com Alguma Competência	
DF	40,0	38,0	,525
DV	38,0	38,5	,873
DA	40,0	38,5	,751
DI	38,0	39,5	,634

*diferença significativa para p<0,05.

Fonte: Elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

Esta sessão do artigo é dedicada à discussão dos resultados apresentados anteriormente, com o objetivo de uma melhor compreensão e interpretação do seu significado. Tem ainda como propósito, inferir e estabelecer associações no contexto de estudos já efetuados e analisados ao longo da contextualização teórica. Assim, o principal objetivo desse capitulo é comparar os resultados da nossa pesquisa com resultados de investigações anteriores, examinando as relações entre as características das atitudes dos professores de Educação Física perante o processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola regular.

Em relação a variável correspondente a porcentagem dos indivíduos que tiveram a disciplina adaptada durante a sua formação acadêmica foram 72,8%, sendo que 45,5% são do sexo masculino, e 27,3% do sexo feminino. Porém 27,3% do sexo masculino afirmaram não terem tido essa disciplina durante a sua formação acadêmica. Similarmente, nos trabalhos realizados por Cortez (2008) e Lebres (2010), evidenciaram que a variável referente à formação em ensino especial tem relação direta com as atitudes, pois os professores que declaram ter esta formação apresentam atitudes significativamente positivas em relação ao ensino de alunos com deficiência nas suas aulas de Educação Física no ensino regular. No entanto no item referente ao curso de adaptada, a maioria (72,7%) da amostra respondeu que nunca participaram de capacitações com esta temática, indo de encontro com os resultados obtidos nos trabalhos Filipe (2012) e Cortez (2008).

A análise da variável experiência no ensino de pessoas com a deficiência na aula de Educação Física aponta que mais da metade dos inquiridos (81,8%, sendo 54,5 homens e 27,3 mulheres), já relataram, positivamente algum tipo de experiência ao longo da sua prática como docentes. No entanto, 18,2% dos docentes do sexo masculino afirmam não possuir experiência no ensino destes alunos. No que se refere ao estudo da variável experiência, os resultados corroboram com Poças (2009), cujas observações apontam no sentido de que a experiência, à semelhança da variável formação, também influencia positivamente as atitudes dos professores de Educação Física face à deficiência.

Quanto a variável acompanhamento de alunos com deficiência, a maioria dos professores (90,9%) afirmou que sim, sendo que 63,6% homens e 27,3% mulheres; porém apenas 9,1% do sexo masculino respondeu negativamente. Nesse sentido Castro (2005), salienta que o acompanhamento das pessoas com deficiência, dentro de um programa de atividade física adaptada possibilita a superação de alguns preconceitos com a população deficiente, pois há uma ampliação nas possibilidades de socialização que, por si só, leva a uma mudança nas atitudes e valores pessoais.

No quesito de competência para o ensino de pessoas com deficiência, 90,9% declararam que se sentem com alguma competência (63,6% homens e 27,3% mulheres), entretanto apenas 9,1% responderam negativamente. Assim, de acordo com as investigações de Cortez (2008) e Poças (2009), verifica-se que semelhantemente neste estudo, quanto mais os professores de Educação Física se auto percepcionam com uma boa competência terão atitudes mais favoráveis no ensino de alunos com deficiência.

Em face as diferentes condições de deficiência podem-se constatar que as atitudes dos professores referente à deficiência física mostrou-se positiva. Quanto ao ensino para pessoas com deficiência visual, revelou-se também serem favoráveis, assim como as atitudes dos professores face ao ensino de alunos com deficiência auditiva e intelectual. Dessa forma as atitudes dos professores de Educação Física em diferentes condições de deficiência revelaram-se favoráveis às práticas inclusivas. Portanto, pode-se perceber que os professores de Educação Física, em geral, apresentam atitudes positivas face à inclusão de alunos com deficiência, o que corrobora com os resultados obtidos nos estudos realizados por Poças (2009).

Os itens referentes à disciplina de Atividade Física Adaptada no currículo que apresentaram significância estatística, influenciando na atitude e no atendimento de pessoas com deficiência visual, mostrou (p=0,048) e intelectual (p=0,024), indo de encontro com os resultados alcançados os por Lebres (2010) que também verificou significância face a deficiência visual, cujas diferenças são evidentes entre os docentes, assim como no que diz respeito a deficiência intelectual evidenciou a existência de diferenças entre os professores.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, este trabalho constatou que as atitudes dos professores de Educação Física diante do processo inclusivo, na escola regular, mostraram-se positivas e a formação acadêmica dos professores tem influenciado de maneira positiva nas suas atitudes, assim, pode-se inferir que os professores de Educação Física, do município de Bertioga-SP, apresentam atitudes favoráveis ao processo inclusivo.

Logo, o contato com pessoas com deficiência pode influenciar nas atitudes dos professores, uma vez que a maioria dos inquiridos respondeu positivamente. Observou-se que os professores apresentam mais facilidade de interação e intervenção no ensino de alunos com deficiência intelectual, física, auditiva e visual. A disciplina de Atividade Física Adaptada no currículo apresentou significância estatística, influenciando na atitude e no atendimento de pessoas com deficiência visual, mostrou (p=0,048) e intelectual (p=0,024), cujas diferenças são evidentes entre os docentes.

Assim, através dos dados expostos as atitudes dos professores são positivas face ao ensino de alunos com as diferentes condições de deficiência abordadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.S. DUARTE, É. Educação inclusiva: um estudo na área de educação física, **Rev. Bras**. **Ed**. **Esp**., Marília, Mai.-Ago. v.11, n.2, p.223-240, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200005. Acesso em: 02 mar. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 de jul. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16 mar. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/SEF. V. 7, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf. Acesso em: 03 mar. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Banco de Dados Agregados do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350635&search=sao-paulolbertiogalinfograficos:-informacoes-completas. Acesso em: 04 mar. 2016.

BRASIL. **Resolução nº 03**, **de 16 de junho de 1987**. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1987. Disponível em: http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1990/Res0387-cfe.htm. Acesso em: 16 mar. 2016.

CARNIEL, F.; STRAPASSON, A.M. A educação física na educação especial**. Lectures Educación Física y Deportes**, **Buenos Aires**, v.11, n.104, Janeiro de 2007. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm. Acesso em: 05 mar. 2016.

CARVALHO, M.S.F. **As atitudes dos professores face à inclusão de alunos com deficiência** – O contato com a deficiência. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ensino da Educação Física no Ensino Básico e Secundário) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa. Disponível em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2948/Mafalda%20Carvalho_Relat%C3%B3rio.pdf?sequence=1. Acesso em: 04 mar. 2016.

CASTRO, E.M. de. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.

CAMPOS, M.J., FERREIRA, J.P., GASPAR, P.M., GORLA, J.I. Perceived competence and social acceptance assessment in Portuguese young students with and without Down syndrome: A preliminary analysis. **European Journal of Adapted Physical Activity**, v.01, n.1, p.51-61,2008.

CIDADE, R.E.; FREITAS, P.S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. Brasília: Ministério da Educação. **Revista Integração**, v.14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p.27-30, 2002. . Disponível em: http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf. Acesso em: 05 mar. 2016.

CORTEZ, M.M.C.R.P. **Atitudes dos professores de educação física face à inclusão de alunos com deficiência**: **Estudo exploratório face à deficiência auditiva**. Dissertação de Mestrado. Coimbra, 2008. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10610. Acesso em: 08 abr. 2016.

D'ANTINO, M.E.F.; MAZZOTTA, M.J.S. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc**. v.20, n.2, p.377-389, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf. Acesso em: 07 mar. 2016.

DARIDO, S.C.; SOUZA JUNIOR, O.M. **Para ensinar educação física**: possibilidades de intervenção na escola. Campinas, SP: Papirus, 2007.

FILIPE, S.R.B.M. **As atitudes dos professores de educação física face à inclusão nas aulas de educação física**. Dissertação de Mestrado. Lisboa, 2012. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3489/3/susanafilipe.pdf. Acesso em: 09 abr. 2016.

LEBRES, C.A.D.R. **Atitudes dos professores de educação física do 1º ciclo face à inclusão de alunos com deficiência em classes regulares**. Dissertação de Mestrado. Coimbra, 2010. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/14281. Acesso em: 08 abr. 2016.

LEONARDO, N.S.T. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Psicologia Escolar e Educacional,** Campinas, v.12, n.2, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a14.pdf. Acesso em: 06 mar. 2016.

MATISKEI, A.C.R.M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar;** Curitiba. Editora UFPR. 2004, p.185-202. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a12.pdf. Acesso em: 06 mar. 2016.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev**. **Bras**. **Educ.** v.11, n. 33, p.387-405, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf. Acesso em: 07 mar. 2016.

MICHELS, M.H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Rev**. **Bras**. **Educ.** v. 11, n. 33, p. 406-423, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300003. Acesso em: 08 mar. 2016.

MOUSINHO, R. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia,** São Paulo, v.27, n.82, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010. Acesso em 08 Mar. 2016.

POÇAS, R.M.D. **Atitudes dos futuros professores de educação física face à inclusão de alunos com deficiência.** Monografia de Licenciatura. Coimbra, 2009. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12006. Acesso em: 09 mar. 2016.

SASSAKI, R.K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação,** São Paulo, p.10-16, Ano XII, mar./abr. 2009. Disponível em: http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf. Acesso em: 09 fev. 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 09 fev. 2016.

Estrada Futura, 611
Chácara Balneário Mogiano
Bertioga/SP
11250-000